

**PARECER JURÍDICO**

Autuado: Mineração Mateus Leme

Processo nº. 00298/ 1996/ 004/ 2003

Ref. Recurso à CNR do COPAM referente ao Auto de Infração nº. 384/2003

**1) Relatório:**

1 - A empresa acima descrita foi autuada pela FEAM em 23/09/2005, por incorrer em infração ao art. 19, § 3º, item 6, do Decreto Estadual nº. 39.424, de 05 de fevereiro de 1998, com as alterações do Decreto Estadual nº. 43.127, de 27 de dezembro de 2002, *in verbis*:

*"Art. 19 - Para efeito da aplicação das penalidades a que se refere o artigo anterior, as infrações classificam-se como leves, graves e gravíssimas.*

*(...)*

*§ 2º - São consideradas infrações gravíssimas:*

*(...)*

*6. causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano à saúde humana, aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural;"*

2 - A Empresa/ Autuada foi regularmente notificada do Indeferimento do Pedido de Reconsideração, através do Ofício nº. 00542/2008, expedido pelo NAI/ DMFA/ FEAM, através carta registrada, com Aviso de Recebimento (AR), contendo a seguinte decisão:

*"Indeferir o Pedido de Reconsideração da penalidade aplicada em 25/10/2007 ao empreendimento, com manutenção do valor da penalidade em R\$ 12.414,50."*

Ciente da decisão, a Autuada protocolizou tempestivamente o seu Pedido de Reconsideração, nos termos do art. 32, parágrafo único, do Decreto Estadual nº. 39.424, de 05 de fevereiro de 1998, com as alterações do Decreto Estadual nº. 43.127, de 27 de dezembro de 2002, alegando em síntese que:

- Erro de tipicidade em razão da descrição do fato caracterizador da infração e o tipo capitulado no auto de infração;

- Inocorrência de dano ambiental em razão da implantação do sistema de bacias de decantação em séries, sendo interrompido o lançamento dos rejeitos e rejeitos em pilhas e depressões ao lado da usina;

- Deverá se considerada a possibilidade de assinatura de Termo de Compromisso para a conversão do valor de multa na obrigação de execução de medidas de interesse ambiental.



• Apresenta proposta para a celebração de Termo de Compromisso e cronograma e implantação/ execução.



## II) Análise Jurídica:

No entendimento desta Procuradoria, o Recurso não trouxe argumentos jurídicos relevantes para desconstituir ou descaracterizar a infração cometida e, por via de consequência, tornar sem efeito a decisão proferida pela Vice-Presidência da FEAM e as penalidades por ele aplicadas.

Todavia, com relação às argumentações trazidas à baila pelo Autuado em sua peça de Recurso é mister esclarecer que melhor sorte não lhe assiste, haja vista que tais alegações encontram-se desprovidas de qualquer fundamentação ou embasamento jurídico.

Outrossim, não há que se falar em inexistência do dano ou degradação ambiental. Frise-se que existe a *"responsabilidade administrativa ambiental quando ocorrem infrações às normas ambientais"*<sup>1</sup>. Neste diapasão, a infração administrativa se caracteriza pela violação de lei ambiental (em sentido material), independentemente da existência de dano. Desta feita, a autuação se mostra plenamente válida, haja vista a inequívoca constatação do *"lançamento de resíduo sólido resultante da limpeza da bacia de decantação em uma drenagem situada à jusante das instalações do empreendimento"*.

Em relação à proposta de celebração de Termo Compromisso, uma vez que fora requerida dentro do prazo legal, deverá ser acatada, nos termos da Lei.

## III) Conclusão:

Apresentados os aspectos de maior relevância recomenda-se a Celebração do Termo de Compromisso proposto e, após, a remessa dos autos à CNR – Câmara Normativa Recursal do COPAM sugerindo-se o Deferimento Parcial Recurso, com a manutenção da penalidade aplicada anteriormente, mais a cobrança de juros moratórios de 1% ao mês, nos termos do art. 30, §2º do Decreto Estadual nº. 39.424/98, a qual deverá ficar suspensa até o efetivo cumprimento do Termo de Compromisso que será firmado, nos termos do art. 21, § 1º, do Decreto nº. 39.424/98.

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 16 de março de 2009.

Autora:  
Thaís Pimenta Moreira  
Consultora Jurídica  
OAB/MG 91.196

Assinatura:

<sup>1</sup> RODRIGUES, Marcelo Abelha. Instituições de Direito Ambiental, vol. I. Ed. Max Limonad: São Paulo; pág. 187.



Aprovado por:  
Joaquim Martins da Silva Filho  
Procurador- Chefe da FEAM  
OAB/MG 16.076 - MASP 1043804-2

Assinatura:

